

A CAMPANHA SALARIAL DE 2025 E O DESCASO DO GOVERNADOR RATINHO JR. COM OS/AS SERVIDORES/AS PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ

A campanha salarial de 2025 teve como eixos centrais a recomposição salarial e a melhoria condições de trabalho, e esteve intimamente atrelada à defesa intransigente da autonomia universitária. Como é de conhecimento da categoria docente das universidades estaduais do Paraná, enfrentamos há mais de nove anos uma estarrecedora defasagem salarial resultante do sistemático não pagamento do direito constitucional da data-base. Com sua postura autoritária e desrespeitosa, atrelada à incapacidade de promover o diálogo com os/as funcionários/as públicos do estado do Paraná, o Governador Ratinho Jr. tem constantemente violado os direitos da categoria. Importante reafirmar que esta prática reflete os reais interesses deste governo, os quais estão distanciados da valorização dos serviços públicos, dos/das servidores/as que os concretizam e, conseqüentemente, das demandas da população paranaense.

Este governo tem demonstrado que não tem pretensão de dialogar com os sindicatos e que está alicerçado em um projeto político orientado pelo gerencialismo, pela redução de orçamento para incrementar e desenvolver as universidades estaduais e pelo alargamento das parcerias público-privadas. Um governo que beneficia exponencialmente o mercado, as empresas privadas e, especialmente, o agronegócio. O aumento das renúncias fiscais compromete a expansão e a qualificação dos serviços públicos e o respeito aos direitos dos/as servidores/as. Deste modo, conforme relato abaixo, ao longo de 2025, o CSD buscou constantemente o diálogo, a articulação política e todos os instrumentos democráticos que permitissem avançar na busca de uma solução para a intensa defasagem salarial da categoria, por melhoria das condições de trabalho dos/das docentes, enfatizando a desconsideração com docentes aposentados que sentem de forma mais aviltante a defasagem salarial.

Iniciamos a campanha salarial de 2025 buscando a abertura de uma mesa de negociação com o governo para responder à indecente defasagem salarial acumulada desde 2017. Aliás, é oportuno mencionar que as pequenas reposições pagas durante o Governo de Ratinho Jr. apenas repuseram as perdas salariais acumuladas em decorrência do não pagamento da data-base do governo anterior, Beto Richa. Praticamente nada, portanto, da inflação acumulada durante o seu governo. Truculento e antidemocrático, o governo dá as costas às trabalhadoras e aos trabalhadores que são responsáveis pelo atendimento das demandas da população nos mais diversos serviços sociais, como a educação, a saúde e a segurança pública. Muitas foram as tentativas de dialogar com o governo do estado: politicamente, tentamos conversa por intermédio do líder do governo e das deputadas e deputados estaduais, realizamos atos em defesa da recomposição salarial, produzimos material informativo sobre os dados da defasagem salarial e situação de rebaixamento orçamentário nas universidades estaduais, participamos de audiência pública e temos insistido na marcação de reunião com a Casa Civil e outras secretarias do estado, como a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (Seap) Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa) e Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti).

Para além do pagamento da data-base - ponto unificador das categorias do funcionalismo público -, a campanha salarial de 2025 envolveu a luta pela reposição das perdas salariais e o reajuste no vencimento básico, com a equiparação com o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) do magistério, que propiciaria um reajuste de 34,9% no salário base e repercussão isonômicas em todos os salários, de docentes da ativa e aposentados, efetivos e com contratos temporários. Esta luta é parte de uma campanha nacional do ANDES-SN para que o PSNP seja adotado em todos os sistemas também no ensino superior, inclusive para o fortalecimento da unidade das lutas com a educação básica.

No primeiro semestre, conseguimos reunião, via Fórum das Entidades Sindicais (FES), com a Seap, mas foi infrutífera; enquanto CSD, realizamos reunião com a Seti e com a Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público (Apiesp). No dia 02 de julho, o CSD conseguiu a única reunião com a Casa Civil, acompanhada por representantes da Seti e do líder do governo. Nesta reunião, o Comando Sindical Docente reivindicou o pagamento da data-base 2025, apresentou o histórico das perdas acumuladas e propôs a adoção do PSPN. Assim, ficou acordado que daríamos continuidade ao processo de discussão sobre a recomposição salarial e foi marcada nova reunião para o dia 15 de julho. Nesta nova reunião, a Casa Civil apresentaria os cálculos de impacto da adoção do PSPN e daria continuidade ao processo de negociação. No entanto, esta reunião unilateralmente foi desmarcada pelo governo. Desde então, a Casa Civil não respondeu mais às solicitações de agenda. No mês de dezembro, tivemos marcação de reuniões com a Seti, via CSD, e, com a Seap, via FES, que não apresentaram concretamente propostas de recomposição salarial.

Essa rápida retomada evidencia o silêncio interessado do Governador Ratinho Jr., que se nega a indicar qualquer possibilidade de negociação. Com isso, amargamos um arrocho salarial histórico que afeta os salários e as condições de vida das/dos servidoras/es públicos do estado do Paraná. Em se tratando das universidades estaduais, o descaso com as/os trabalhadoras/as reforça a lógica privatista e de sucateamento da educação, o ataque à ciência e à produção de conhecimento e o definhamento das possibilidades de ampliação e aprimoramento da formação de profissionais que atuarão em múltiplas áreas no estado.

Com o rebaixamento salarial e vigência da Lei Geral das Universidades (LGU), o desinteresse pela carreira do magistério superior vai crescendo e pode impactar, negativamente, na própria sobrevivência das universidades. Quando não há valorização dos e das docentes no ensino superior, não há incremento e qualificação da própria universidade. Defender a universidade pública pressupõe defender a categoria docente e demais servidores/as que nela atuam, dando-lhes vida e organicidade.

Atrelado ao ataque e à desvalorização do trabalho docente, há evidente afronta à autonomia universitária. Não podemos deixar de mencionar que o fato das cinco universidades estaduais paranaenses que ainda não estavam integradas ao Sistema Meta 4, mas estarão a partir de janeiro de 2026, traz grandes ameaças à autonomia, pois haverá a perda do controle da folha de pagamento por parte das universidades e, com isso, a preocupação em relação ao avanço na carreira do magistério do ensino superior, como por exemplo, a implantação de promoções e progressões. Neste momento, as seções sindicais encontram dificuldades para realizar o cadastro para que possam ter a autorização do desconto das contribuições sindicais na folha de pagamento...

Nesse contexto, o governador Ratinho Jr. está provocando imensa indignação e repúdio de docentes nas universidades estaduais diante de sua política negligente e violadora de direitos. Está empurrando a categoria para um enfrentamento mais contundente para exigir o que não é benesse, mas um DIREITO: a reposição das perdas inflacionárias. Não estamos tratando de aumento salarial, mas de REPOSIÇÃO. Por isso, o momento é de adensar a organização e a mobilização sindical, sem esmorecer. É o momento de ampliarmos as forças para enfrentar um governo que NÃO ATENDE às reivindicações das e dos docentes das universidades estaduais do Paraná. Precisamos congregamos esforços para responder aos desmandos e omissões de um governo avesso ao diálogo, à negociação e ao respeito aos direitos trabalhistas.

Nessa direção, o ano de 2026, um ano peculiar devido às eleições e às alianças políticas, nos chama novamente à luta, exige posicionamento crítico e resposta política consistente e mobilizadora. O CSD não renunciará à sua tarefa política e sindical e continuará cobrando as demandas históricas defendidas pela categoria docente e reivindicando uma mesa de negociação. É preciso reforçar a unidade dos sindicatos que representam todos/as os/as servidores/as do poder executivo paranaense em torno da luta pela data-base e contra a política do Governo Ratinho Jr. assentada na fragmentação das categorias do funcionalismo público.

A necessidade de construção de uma greve geral em 2026 precisa ser sinalizada pelas categorias do funcionalismo público do Paraná diante da barbárie do arrocho salarial promovida pelo Governo do Estado. É somente com a luta e o enfrentamento contínuos que teremos condições de defender nossos direitos e a própria universidade pública.

Não ao arrocho salarial!

Pelo pagamento da data-base!

Pelo PSPN!

Comando Sindical Docente

18 de dezembro de 2025